



ANAIS

**X Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo
Contemporâneo**

IX Colóquio Nacional Cultura e Poder

**VIII Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos
sobre Religiões e Religiosidades**

V Simpósio Regional da ABHR/Sul

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2023

**GT-1: Interfaces entre Religiões e Política na
Contemporaneidade**

A permanência do autoritarismo de extrema direita no Brasil: contribuições da teoria crítica frankfurtiana no séc. XXI

Rogério Martins Marlier (IFPR-UEL) ¹
Fabio Lanza (UEL) ²

Resumo: A existência de movimentos autoritários de extrema-direita no Brasil não é um processo novo, mas adquiriu contornos amplos nas últimas duas décadas do séc. XXI por conta de vitórias eleitorais e a formação de uma hegemonia conservadora em diversos estados brasileiros. Por outro lado, a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias” de 2017 antecipou uma tendência crescente da legitimação popular de discursos autoritários e violentos na política. O apoio em massa aos movimentos que questionavam a democracia despertou o interesse de pesquisadores de ciências humanas e sociais. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é apresentar apontamentos teóricos para a compreensão do conceito de autoritarismo a partir da perspectiva da Escola de Frankfurt e suas contribuições para a conjuntura atual. A teoria crítica contribui para entender essa legitimação enquanto reflexo de estruturas sociais mais abrangentes, decorrentes da dinâmica socioeconômica desigual que despersonaliza a formação das identidades humanas, e possibilita o apoio às ações baseadas na obediência à uma visão de mundo que estabelece uma hierarquia rigorosa entre superiores e inferiores. Dessa forma, os trabalhos da teoria crítica frankfurtiana contribuem para o debate sobre o autoritarismo de extrema-direita brasileiro.

Palavras-chave: Autoritarismo; Populismo Autoritário Brasileiro; Extrema-direita; Escola de Frankfurt.

INTRODUÇÃO

A crise institucional verificada nos últimos anos, principalmente, a partir das manifestações de junho de 2013, que se somaram à sucessivas ações da Operação Lava à Jato e culminaram no impeachment de Dilma Rousseff em 2016, gerou diversas consequências para a estabilidade das instituições políticas brasileiras. Como consequência, movimentos de extrema-direita tomaram as ruas e as redes sociais da internet com pautas autoritárias e preconceituosas. Este trabalho tem o objetivo contribuir para o debate sobre esse processo social fundamentado na teoria crítica frankfurtiana. No decorrer do artigo serão explicados os conceitos de autoritarismo e personalidade autoritária dentro de uma proposta epistemológica da teoria sociológica de Adorno que observa a relação dialética entre estrutura e agência. Em

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Mestre em Ciências Sociais (UEL), graduado em Ciências Sociais (UEL). Docente de Sociologia do Instituto Federal do Paraná do Campus Londrina. E-mail de contato: rogerio.marlier@ifpr.edu.br

² Doutor em Ciências Sociais (PUC-SP). Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (UFCE-UEL). Londrina/PR. E-mail de contato: lanza@uel.br

seguida, serão elencados alguns dados históricos sobre a formação do Brasil para compreender a origem das estruturas autoritárias. Por último, serão apresentadas as dinâmicas próprias que fundamentam essas relações em predisposições estruturais na lógica das sociedades capitalistas e como o neoliberalismo se nutre de elementos tipicamente autoritários.

1. Autoritarismo enquanto estrutura objetiva e subjetiva

A ascensão de movimentos de extrema-direita no mundo, a partir do século XXI gerou perplexidade pelas agendas antidemocráticas, autoritárias e que acentuaram preconceitos e atitudes violentas contra opositores e minorias. No Brasil, esse movimento se consolidou com a eleição de Bolsonaro em uma onda que elegeu governadores, deputados, senadores em 2018 e mesmo com a sua derrota na corrida presidencial em 2022, manteve-se forte com a consolidação do seu partido (PL) como a maior bancada da câmara federal. (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). Consequentemente, o que antes era entendido como um discurso violento, mas excêntrico contra as instituições, se transformou em agenda de governo, com a consolidação de legislações, decretos governamentais e comunicação de massa com grande engajamento nas redes sociais da internet e em protestos de rua. Com o discurso hegemônico nas redes sociais, Bolsonaro estimulou protestos por todo o país exigindo a fechamento do Congresso e do STF e a volta da ditadura militar. Um dos maiores protestos, exigindo a ditadura militar, ocorreu no feriado do dia 7 de setembro de 2021, com greve de caminhoneiros e marchas ao redor do Brasil. No fim desse protesto, pressionado pelo Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro escreveu uma carta, se comprometendo com a democracia, mas que, ao final continha o principal lema do integralismo, “Deus, Pátria e Família”, uma atitude inédita de apoio ao lema integralista, da qual nenhum outro presidente fez. (SAFATLE, 2023).

O integralismo foi um movimento inspirado no fascismo italiano que se consolidou no Brasil nos anos 1930. A Ação Integralista Brasileira se tornou o maior partido fascista fora da Europa com mais de um milhão de membros, entre eles, militares de alto escalão que, alguns anos mais tarde, ajudaram a promover a ditadura militar. (SAFATLE, 2023). Assim, o discurso de Bolsonaro não está deslocado no tempo, como algo anacrônico e ultrapassado, fica evidente uma continuidade histórica fruto de processos estruturais (FAUSTINO, 2023).

Os movimentos fascistas, também chamados de autoritarismo de extrema-direita, são grupos de pessoas que se articulam politicamente com a pretensão de serem a expressão da vontade popular e que compreendem a ideia de povo em termos nacionalistas ou étnicos, se

identificando, assim, contrários ao bloco no poder. A característica dessa personalidade está ligada à uma adesão rígida a normas e valores convencionais, uma forte crença na obediência à autoridade e uma tendência à agressividade para com os “outros”, isto é, aqueles que se distanciam dos seus grupos de referência. (GANDESHA, 2018, p. 02).

Segundo o relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental” produzido pelo grupo de transição do governo Lula em dezembro de 2022,

(...) a extrema-direita fundamenta-se em perspectivas políticas que incluem a defesa de um pensamento deturpado de “lei e ordem”, da justificação do abuso da força policial como solução estrutural para “o problema de violência”, do antiparlamentarismo, do antipluralismo, da perseguição a qualquer pensamento de esquerda, do racismo, da misoginia e da xenofobia. (GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, p. 03).

Portanto, o estudo da extrema-direita no Brasil requer a observação de dois elementos, em primeiro a compreensão do fascismo enquanto movimento político que visa tomar o poder do estado e construir sua hegemonia e em segundo, a formação de subjetividades que emergem de estruturas sócio-históricas que possibilitam a potencial adesão ao autoritarismo. Este trabalho mostrará alguns apontamentos para compreender a relação entre estes dois elementos, com base na teoria da Escola de Frankfurt e, mais especificamente, em Theodor Adorno.

Os estudos da Escola de Frankfurt se voltaram para compreender o autoritarismo e diversos problemas da sociedade capitalista do século XX na Europa e nos Estados Unidos. Os diversos pesquisadores que trabalharam no Instituto de Pesquisa Social (IPS) de Frankfurt compreenderam o fascismo como um populismo autoritário de direita que estava ligado a processos psicossociais e históricos intrínsecos à todas as sociedades capitalistas. (ABROMEIT, 2018).

Exilados nos Estados Unidos desde os anos 1930, Horkheimer, Adorno e diversos outros pesquisadores do Instituto de Pesquisa Social (IPS) de Frankfurt começaram a desenvolver pesquisas procurando compreender o autoritarismo enquanto um elemento estrutural à sociedade capitalista, que estava além de um problema meramente conjuntural e restrito a grupos. (COSTA, 2019; MORELOCK; SULLIVAN, 2021). Dessa forma, a pesquisa comandada por Adorno, iniciada ainda na Segunda Guerra Mundial, procurava compreender se mesmo numa sociedade com uma tradição longa de governo democrático, haveria a possibilidade de se formar um movimento fascista tão forte quanto o que aconteceu na Europa

(COSTA, 2019).

No Brasil, as pesquisas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), “Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil: Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias” de 2017 e “Violência e democracia: panorama brasileiro pré-eleições 2022” mostraram altos índices de propensão ao autoritarismo entre a população brasileira, mesmo que a última pesquisa tenha identificado uma queda em alguns pontos na média. Por outro lado, a pesquisa de 2022 foi a primeira a construir uma escala de propensão à democracia e que mostrou índices fortes de apoio às instituições democráticas. A elaboração do “Índice de Propensão ao apoio a Posições Autoritárias” do FBSP se baseou no instrumento de mensuração elaborado por Theodor Adorno que se chama Escala F (Fascismo). A ascensão do Nazismo e do Fascismo no séc. XX propiciou uma inquietação intelectual que procurou desvendar o fenômeno de diversas maneiras, uma das maneiras encontradas foi aliar os conhecimentos da Psicologia Social com a Sociologia e tentar medir o Fascismo com elaboração de questionários com escalas, o trabalho de Adorno, nesse sentido é tributário desta tendência (FBSP, 2017).

"Considerado um clássico de pesquisas empíricas, The Authoritarian Personality influenciou a produção de mais de 2 mil estudos sobre autoritarismo entre os anos de 1950-1990 e ainda segue fomentando pesquisas relacionadas às mais diversas áreas na atualidade, a exemplo da neurociência." (COSTA, 2019, p. 17).

A pesquisa de Adorno e seus colegas, procurou compreender a personalidade autoritária em potencial, visto que nas sociedades democráticas (em especial, nos Estados Unidos da América), o posicionamento autoritário não é hegemônico e, portanto, não é declarado. O autoritarismo enquanto característica da personalidade potencializaria ações antidemocráticas, pois é formado por um etnocentrismo generalizado que perpassa o racismo, o antissemitismo, a xenofobia entre outros (ADORNO, 2019).

Este trabalho se iniciou em 1944, influenciado pela Segunda Guerra Mundial, e procurou compreender se haveria a possibilidade de ocorrer um evento histórico das mesmas dimensões que o nazismo em um país com uma democracia bem estabelecida como os Estados Unidos. A hipótese era que sim, existiria na sociedade estadunidense a capacidade de fomentar um movimento fascista com dimensões bem maiores do que o que ocorreu na segunda guerra mundial (WIGGERSHAUS, Rolf apud COSTA, 2019, p. 17).

“Os autores não encontraram muitos casos de pessoas abertamente antidemocráticas, mas identificaram traços de potenciais fascistas em indivíduos que seriam suscetíveis à propaganda ideológica autoritária. Foi considerado que o apoio a tais ideologias poderia passar de um estado latente ou velado e muitas vezes não consciente para uma defesa aberta e ações violentas contra minorias em momentos específicos de crise social.” (COSTA, 2019, p. 21).

A intensão de medir o Fascismo na escala foi definida em contraste com as tendências ideológicas conservadoras da época, sendo que Adorno e sua equipe decidiram optar pela conceituação de Fascismo por conta do afastamento do individualismo e adesão à um conjunto de ideias que expressam a compreensão de uma sociedade com uma estratificação social extremamente rígida (na qual há pouca possibilidade de mobilidade social), sendo que os grupos “certos” estariam no poder enquanto que os “grupos de fora” ficariam subordinados, geralmente em estratos subalternos. Um efeito que provoca segregação, acentuação dos preconceitos e uma certa propensão à agressividade.

Embora certamente não seja necessariamente uma seqüela do conservadorismo do laissez-faire, ele pode ser considerado como uma possível (e não incomum) distorção do conservadorismo — uma distorção que retém certas semelhanças superficiais, mas que transforma a estrutura básica em uma antítese do original. (ADORNO, apud COSTA, 2019, p. 47).

Uma das primeiras constatações desses estudos é que o fascismo, enquanto movimento, é novo, pois rompe com o conservadorismo tradicional e consegue gerar engajamento massivo diante da população, algo que até o final do século XIX era exclusividade da esquerda socialista. (ABROMEIT, 2018). Assim, a ideia de povo e de nação se torna elemento central nos ideais desses movimentos e, para alcançar o engajamento necessário, era necessária a existência de políticos carismáticos para formar um séquito fortemente convicto nas virtudes do líder. Adorno (2019), descreve o fascismo como um movimento de massas pseudo-conservador por conta do forte apelo ao autoritarismo e à noção de “povo” enquanto unidade ou ‘feixe’, diferente do conservador tradicional. O fascista, enquanto pseudo-conservador, visa a destruição das instituições democráticas, pois acredita que elas corrompem os valores tradicionais da sociedade, aceitando direitos de minorias e da diversidade, dividindo assim, o povo enquanto unidade. (COSTA, 2019). Por outro lado, o conservador genuíno respeita as instituições vendo nelas uma forma de alcançar poder e status, gerando uma visão de mundo elitizada e conseqüentemente “sem povo”. (ADORNO, 2019).

Numa sociedade como a dos Estados Unidos dos anos 1940, no período pós Segunda Guerra Mundial, era um crime pertencer a organizações fascistas ou nazistas, enquanto estes termos eram moralmente inaceitáveis. Por isso, os estudos de Adorno e equipe, não envolveram pessoas declaradamente fascistas ou que pertenciam a organizações fascistas. (ADORNO, 2019, p. 71).

“Mas deve-se enfatizar novamente que a personalidade é principalmente um potencial; é uma prontidão para o comportamento, em vez de ser o próprio comportamento; embora ela consista em disposições para comportar-se de certas formas, o comportamento que de fato ocorrerá dependerá sempre da situação

objetiva.” (ADORNO 2019, pp. 82-83)

A atualidade da pesquisa está em mostrar que a existência da personalidade autoritária é produzida pela dinâmica contraditória da sociedade capitalista e persiste em estados democráticos. Os dados coletados mostraram altas taxas no índice de propensão a ações antidemocráticas entre os estadunidenses. Confirmando assim, a hipótese de que a sombra do fascismo ameaça todas as sociedades, inclusive as que contam com uma profunda tradição democrática (NILSSON; JOST, 2020).

Os pesquisadores contemporâneos passaram a se concentrar em três das nove características originais da personalidade autoritária: a agressividade autoritária, a submissão à autoridade e o convencionalismo (NILSSON; JOST, 2020).

O convencionalismo mede a adesão rígida a valores convencionais, como o apego à normas morais, à tradição e costumes e uma inclinação à punição de quem não segue os costumes morais. Já a dimensão “submissão à autoridade” representa a adesão acrítica e submissa às autoridades que participam do *ingroup*, isto é, aquelas autoridades que compartilham os mesmos costumes e pensamentos.

A concordância com os itens desta dimensão não denota apenas um respeito equilibrado e razoável a uma autoridade válida, derivada de normas e acordos socialmente construídos, mas uma necessidade exagerada de submissão a uma pessoa idealmente detentora de carisma e “virtudes” morais específicas. (FBSP, 2017, p. 11).

E por último a dimensão da “agressividade autoritária”, que procura mensurar a capacidade dos indivíduos de condenar, rejeitar e punir (violentamente) as pessoas que violam os valores e costumes que eles consideram tradicionais e devem respeito. Assim, essas pessoas são propensas a pensar em punições violentas para todas as pessoas que pertencem a *outgroups*, ou seja, aquelas que não obedecem aos valores tradicionais, as ordens dos dirigentes e respeitam os costumes tradicionalistas.

Em relação à realidade brasileira, esta questão lembra a recente onda moralista, que clama por censura e denúncia de exposições artísticas e culturais que recorrem a nudez e as tratam, independente de maiores apurações, como imorais e apologéticas de pedofilia. Adicionalmente, esta dimensão também se caracteriza pela oposição ao que é difícil de compreender, à introspecção, imaginação e intelectualidade, como atesta a afirmação: “se fálássemos menos e trabalhássemos mais, todos estaríamos melhor”. (id. *ibid.*, p. 11).

A análise teórica do autoritarismo de Adorno e outros que seguiram seus passos implica que os indivíduos com uma disposição autoritária são desproporcionalmente atraídos politicamente para a ideologia de extrema-direita. Muitas evidências foram acumuladas por

décadas de trabalho e corroboram essa hipótese (NILSSON; JOST, 2020).

Existem, diversas pesquisas feitas nos Estados Unidos que correlacionam o autoritarismo com o conservadorismo político-econômico, como apoio ao liberalismo capitalista e ao grande negócio e em oposição às políticas sindicais e de bem-estar social. A utilização da escala que mede o autoritarismo já foi utilizada em pesquisas que indicam a propensão ao autoritarismo no voto a políticos do partido republicano dos Estados Unidos desde 1964 até os dias atuais (NILSSON; JOST, 2020).

Segundo Nilsson e Jost (2020), essas evidências também foram medidas em diversos países fora dos EUA. Talvez, um dos trabalhos mais abrangentes foi o desenvolvido por Vargas-Salfate, que identificou em 19 países (Europa, Ásia, Oceania e Américas), a associação do autoritarismo de direita-conservadora com o nacionalismo e o forte engajamento com uma defesa do status quo. (NILSSON; JOST, 2020).

No Brasil, houve pouca repercussão da pesquisa e pouca disseminação de seus métodos (COSTA, 2019, p. 17). No entanto, algumas pesquisas foram feitas a partir da metodologia que mede a propensão ao autoritarismo. José Leon Crochík publicou uma pesquisa no início dos anos 2000, relacionando a racionalidade tecnológica com a propensão ao autoritarismo (CROCHÍK, 2000). Nesse levantamento, além de utilizar a escala de Adorno, o autor elaborou uma escala própria sobre tecnologia e racionalidade tecnológica com conclusões pertinentes para este trabalho, tendo em vista que analisaremos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio (CROCHÍK, 2000).

Os levantamentos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) foram os mais recentes e abrangentes já realizados com a escala F no Brasil. Em 2017 mediu a propensão e o apoio ao autoritarismo no Brasil relacionado com a medo da violência e com a pauta de direitos humanos, constatando um índice de legitimação às ideias antidemocráticas elevado para a população brasileira e principalmente para o estrato com faixa etária entre 16 e 24 anos, um ano antes da eleição de Bolsonaro (FBSP, 2017). Enquanto que na pesquisa de 2022, foram traçados os mesmos índices acrescidos de um novo que aferiu a propensão à democracia, com itens baseados em pesquisas do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) e World Values Survey (WSV). Esta última pesquisa verificou um leve declínio na tendência ao autoritarismo, mas observou índices altos de propensão à democracia (FBSP, 2022). Isso corrobora a tese frankfurtiana de que a lógica contraditória da sociedade capitalista produz uma estrutura social autoritária que permanece latente, mas com potencial disruptivo, mesmo em sociedades democráticas.

Se por um lado o fascismo enquanto movimento político seria um dado novo localizado no período entre a primeira e a segunda guerra mundial, a formação da subjetividade autoritária, ao contrário, seria algo estrutural e intrínseco à lógica de produção capitalista. Dessa forma, para Adorno o autoritarismo precisava ser investigado num contexto de pós-guerra em outros países, principalmente nos Estados Unidos, pois se encontrava latente na cultura da sociedade capitalista, incutido em valores próprios da sociedade de consumo. (COSTA, 2019). As contradições psicológicas dos indivíduos são elas mesmas reflexos da sociedade capitalista contemporânea que cria uma cultura autoritária com ideais antidemocráticos dentro da própria democracia. (COSTA, 2019, p. 16).

O irracionalismo dos interesses individuais se confronta com a racionalidade da estrutura social e suas instituições. Dito de outra forma, para Adorno, a integração social é acompanhada pela desintegração social. (ADORNO, 2008, p. 129). O fascismo é um exemplo disso, pois aparentemente a sua integração era totalizadora, mas, mesmo sobre um regime totalitário, havia um intenso combate entre os diversos grupos sociais da época. (id. ibid. p. 130).

A categoria de indivíduo é uma categoria social. Para Adorno, o homem individual é uma abstração que faz parte do nexos social e a individuação está inscrita em condições sociais que separam o indivíduo da sociedade. (ADORNO, 2008, p. 267). Ele ressalta ainda que o nexos da sociedade moderna reproduz, pela conformação, a condição do individualismo, enquanto uma categoria constituída pelas relações de troca estruturantes do nexos social. Nas palavras de Adorno, “Em todo caso fica claro aqui que o momento coletivo, o momento social, se impõe justamente na camada mais profunda do indivíduo, na camada mais profunda da individuação, ou seja, aquela que é inacessível à dinâmica pulsional individual”. (ADORNO, 2008, p. 269).

No entanto, o nexos social contraditório da sociedade capitalista gera estruturas que são reproduzidas nas relações que os indivíduos estabelecem entre si. Se a lógica da sociedade capitalista é baseada na desigualdade, no racismo e na segregação, ela será estruturada inconscientemente nos indivíduos que subjetivamente reproduzem esse nexos.

De maneira geral, Adorno reconhece que a subjetividade humana enquanto “processo psicológico”, só pode ser compreendida no âmago do momento social em que está inscrita e só assim pode ser inteligível. Sendo assim, “(...) o homem individual de que a Psicanálise se ocupa é uma abstração diante daquele nexos social com que os indivíduos individualizados se encontram”. (ADORNO, 2008, p. 266).

Na psicanálise de Freud, quanto mais se investiga a profundidade da psiquê, mais se encontra a sociedade intrínseca a estes fenômenos. A individuação é dessa forma, um processo social. Mas Adorno discorda das considerações freudianas de que não há variabilidade, mostrando que os fenômenos psíquicos se repetem iguais em todos os seres humanos.

Isso justamente por causa da pretensa invariabilidade e constância do eu idêntico em todos os homens. Além disso (em segundo lugar), que essa teoria, justamente porque se deparou no indivíduo com a “herança arcaica“ dele, tende a considerar os próprios homens como em grande medida invariáveis — e nisso aliás é reforçada desde a Pré-história até hoje — e em decorrência disso tende a ver até mesmo as relações de dominação social como inevitáveis, como única possibilidade de uma dissolução socialmente aceitável do chamado complexo de Édipo (ADORNO, p. 270).

Diferentemente de outras sociologias, a teoria social da Escola de Frankfurt, desde o início procura compreender os processos psicológicos dentro do social. Ou seja, Adorno, mostra que entender o processo de individuação a partir das estruturas psicológicas dos indivíduos é um elemento fundante na dialética entre indivíduo e sociedade. (ADORNO, 2008, p. 274).

O supereu freudiano é assim, uma "agência da sociedade" na medida em que carrega em si os mecanismos necessários para a socialização. O supereu enquanto instância psíquica exerce um papel mediador no processo de socialização, isto é, tem a finalidade de interiorizar as normas sociais através de mecanismos psicológicos. (ADORNO, 2008, p. 272).

Apesar de compreender que a psicanálise ajuda na compreensão do sujeito, Adorno entendia que, sem o devido cuidado, as teorias psicanalistas podem levar ao entendimento da formação da personalidade como uma determinação natural e generalista que impede a observação da ação humana. Assim, de acordo com Bloch (2017), Adorno, compreendia que a relação do sujeito com o mundo à sua volta, não é dependente da mediação por leis psicológicas, pelo contrário, na sua compreensão existe uma relação profunda da sociedade na formação da personalidade e das estruturas psíquicas. (BLOCH, 2017).

Adorno, conseqüentemente foge de uma visão determinista do inconsciente, compreendendo a relação da agência com a estrutura de maneira dialética. fortalecendo uma convicção de que a agência não é completamente autônoma, mas, por outro lado, não é completamente estruturada pela sociedade, gerando a possibilidade de transformação. Em outras palavras,

A conclusão de Adorno adumbrava uma concepção dialética da relação psicossocial, de acordo com a qual tanto a psicanálise quanto a teoria social apontavam para as limitações da autonomia humana, mas também as possibilidades de liberdade, sob

as condições socioeconômicas modernas. (BLOCH, 2017 p. 19) (tradução nossa).

O inconsciente seria, então, um mediador entre a subjetividade individual e os processos sócio-históricos. Adorno compreende, dessa forma, que o desmascaramento do inconsciente se revela enquanto um processo emancipador, se descolando do determinismo psicológico e observando a ação, não como um fenômeno autônomo e isolado, mas estruturado pela dinâmica da sociedade capitalista, portanto,

Em particular, através de sua "desmistificação do inconsciente", a psicanálise fornecia recursos para uma crítica social e política das filosofias vitalistas do inconsciente, pavimentando o caminho para uma concepção mais adequada da relação psicossocial (...) (BLOCH, 2017 p. 20) (tradução nossa).

Adorno esclarece que a sociologia precisa ser pensada dialeticamente para compreender as tensões entre as categorias indivíduo e sociedade, opostas, mas complementares. O conflito seria algo intrínseco à dinâmica relacional da sociedade, materializado assim, no processo histórico. Portanto, para entender a dinâmica relacional do autoritarismo no Brasil, é importante observar a dinâmica dessa estrutura social.

2. A formação do nexos capitalista-autoritário no Brasil

A dinâmica do capitalismo colonial que está na gênese da sociedade brasileira é um dos elementos centrais para compreender a formação do autoritarismo, a própria origem do capitalismo está ligada à exploração primária do sistema colonial europeu. (FAUSTINO, 2023; SAFATLE, 2023). O sistema colonial foi estruturado no sistema de produção baseado no trabalho escravo, na expropriação das terras indígenas e na exploração de matéria prima, o que impulsionou o capitalismo nos países europeus. (FAUSTINO, 2023). Essa organização primária do capitalismo europeu foi consolidada pela violência material e simbólica na elaboração do racismo moderno, que forjou os conceitos de "liberdade", "humanismo" sem a figura dos negros escravizados e outras populações dominadas (FAUSTINO, 2023). A violência no discurso e na ação colonial foi precursora de experimentos que foram utilizados em larga escala no fascismo europeu como os "campos de concentração", assim como a legitimação do discurso da diferenciação entre raças superiores e inferiores e a necessidade de os inferiores serem dominados e governados (SAFATLE, 2023).

O conceito racial que foi central para o desenvolvimento dos governos fascistas e do nazismo alemão já tinha sido estruturado nas colônias e ex-colônias europeias. A

desumanização do negro foi central para esse processo:

O escravo moderno não podia ser reconhecido como parte dessa comunidade de contratantes que estruturou o pacto social burguês, sob a pena de poder reivindicar para si o status a ela reservado e, com isso, dismantelar por completo as bases da expropriação originária que compõem a "assim chamada acumulação primitiva de capitais". (FAUSTINO, 2023, *on-line*).

A estratégia de desumanização dos povos colonizados, em especial dos escravizados negros e indígenas, estava ligada a um complexo processo jurídico e ideológico que normalizava a condição de indivíduos sem direito, sem humanidade, meramente como objetos. (FAUSTINO, 2023; SAFATLE, 2023). O colonialismo português no Brasil, produziu assim, um dos maiores sistemas escravistas coloniais com o deslocamento forçado de milhões de escravos africanos, compondo, portanto, uma maioria populacional que não era reconhecida como humana, mas, apenas como coisas., em outras palavras,

Lembremos como o império português será o primeiro a se engajar no comércio transatlântico de escravos, chegando à posição de quase-monopólio em meados do século XVI. 35% de todos os escravos transportados para as Américas foram direcionados ao Brasil. Sendo o latifúndio escravagista a célula elementar da sociedade brasileira, sendo o Brasil o último país americano a abolir a escravidão, não será estranho conceber o país como o maior experimento de necropolítica colonial da história moderna. (SAFATLE, 2023, *on-line*).

Essa distinção entre sujeitos e não-sujeitos é a base ontológica do fascismo moderno, pois permite enquadrar os indivíduos em posições rígidas na estratificação social, integrando os não-sujeitos em posições marginalizadas e coisificadas reforçadas pela indiferença social (SAFATLE, 2023). No Brasil, essa estrutura desumanizadora continuou após a escravidão com a subintegração da população negra na sociedade brasileira, ou seja, o Estado reconheceu a liberdade desses sujeitos, mas negou as condições para as condições mínimas de cidadania, ou seja, construiu os alicerces de uma subcidadania desintegradora. (FERNANDES, 2008). Logo, essa marginalização se confronta com o Estado que usa da violência para controlar esses indivíduos, naturalizando uma “guerra civil” velada e fortalecendo a intimidação pelo medo, como afirma Safatle (2023),

Podemos encontrar na naturalização dessas matrizes de violência estatal o solo fértil para o desenvolvimento e rápido crescimento do fascismo nacional. Pois ela fortalece, por um lado, a contínua militarização da sociedade. Uma sociedade organizada por massacres administrativos periódicos, por chacinas policiais que visam lembrar a setores da população sua condição de “matáveis sem dolo” precisa justificar sua violência através do imaginário do risco constante contra “cidadãos de bem”, precisa elevar o medo a afeto político central. Isso funciona como justificativa à organização da sociedade sob a forma do “direito de auto-defesa” e, por fim, sob a forma de milícias armadas.[10] Por outro lado, essa mesma lógica alimenta a indiferença e a desafeção social. Ela cria um bloqueio em toda emergência possível de uma solidariedade genérica, naturalizando a lógica de predação social.

(SAFATLE, 2023, on-line).

Dessa forma, experiência colonial brasileira gerou uma estrutura social orientada pelo racismo e uma estrutura econômica e política orientada pela dependência. A classe burguesa, não teve capacidade para conseguir a sua independência econômica, a industrialização ocorreu por força do Estado e dos fluxos de capitais dos países centrais na forma de multinacionais (FAUSTINO, 2023). A burguesia brasileira também assumiu características comuns de burguesias emergentes de países colonizados que são o autoritarismo e os ideais antidemocráticos (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). Fernandes (2008) explica que a introdução precoce do capitalismo em sociedades coloniais, como o Brasil, antes da plena consolidação da ordem social competitiva da sociedade capitalista, solidificou valores autoritários na classe dominante. A coexistência da ordem social anterior, baseada no latifúndio pós-escravocrata, com a emergente ordem competitiva transformou a livre iniciativa e a propriedade privada em privilégios estamentais (FERNANDES, 2020). Esse processo não apenas limitou a competição, mas também acentuou a concentração de riqueza, poder e propriedade. A ordem social competitiva foi distorcida pelos valores arcaicos da sociedade escravista, resultando em um capitalismo brasileiro ligado a um passado particularista e autocrático. A aliança com forças políticas iliberais atingiu seu ápice em 1964, com o estabelecimento de uma autocracia burguesa por meio da ditadura civil-militar, revelando a verdadeira natureza de uma revolução burguesa não democrática no Brasil (FERNANDES, 2020).

Dessa forma, o principal objetivo da autocracia burguesa, segundo Fernandes (2020), era não só de evitar a democratização do poder político, mas também do prestígio e da riqueza, o que resultou num intenso aumento da desigualdade acompanhado de um extremo aumento da concentração de renda. (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). Isso só aconteceu com uma repressão forte sobre os trabalhadores e suas organizações sindicais, sobre a população negra e o movimento negro, sobre toda uma sociedade civil que estava em processo de conquistar novos direitos que os incluíssem numa sociedade democrática antes do golpe de 1964. Nesse sentido, como afirma Rocha, Solano e Medeiros (2021).

Finalmente, os negros brasileiros, as mulheres e a comunidade LGBTQ+ também foram reprimidos pelo regime. (...) Dessa forma, a autocracia burguesa, além de ser uma "ditadura de classe", como Fernandes (1976) a descreveu, organizava inextricavelmente as pessoas por classe, etnia, raça, gênero e orientação sexual, revelando o caráter interseccional do termo "burguês": proprietário, branco, homem e heterossexual.

Assim, a ditadura civil-militar durou 20 anos e foram justamente esses movimentos

que contribuíram para a sua ruína que foi consolidada com a constituição de 1988 (ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021). Essa constituição, considerada cidadã, incluiu no direito os não-cidadãos, que historicamente foram aliados das condições mínimas de cidadania, porém, ao mesmo tempo, não foi suficiente para gerar transformações estruturais que integrassem esses grupos na sociedade (CARVALHO, 2002; ROCHA, SOLANO e MEDEIROS, 2021; FAUSTINO, 2023). A condição de subcidadania de grande parte da população, desde o princípio, contrariou os direitos humanos conquistados pelos não-cidadãos, mostrando assim, a resiliência das estruturas autoritárias e desiguais herdadas da colonização. (CARVALHO, 2002; FAUSTINO, 2023). Enquanto parte da constituição era regulamentada e implementada o Brasil aderiu à dinâmica produtiva do neoliberalismo e da flexibilização das relações de trabalho, mantendo um fundamento contraditório aos princípios democráticos das instituições recém-criadas, dito de outra forma,

Assistiu-se, embora com nuances e diferenças em cada governo, à consolidação da inserção subordinada do país via interiorização da mundialização (via ampliação do IED), especialização do país na produção de commodities e liberação do sistema financeiro. Tudo isso, a partir da manutenção, sempre intocada, da superexploração da força de trabalho, no plano econômico produtivo, e do racismo anti-negro e anti-indígena, no plano político e ideológico e social. Assim, violência colonial, expressa em *Les damnés de la terre*, seguiu expressando-se através de uma ordem social extremamente desigual. (FAUSTINO, 2023, on-line).

Consequentemente, o nexos social entre a estrutura social autoritária e o autoritarismo da classe dominante, avessa à democracia, foi fundamental na manutenção da violência estatal contra os não-sujeitos. Contudo, de maneira contraditória, o Estado consolidou algumas instituições e regulamentou direitos sociais, civis e políticos, potencializados, especialmente na gestão de Lula (2003-2012) na Presidência da República (FAUSTINO, 2023).

O governo Lula tentou equilibrar a dinâmica da economia neoliberal com programas assistenciais, sociais e educacionais, num governo de coalizão que teve como resultado a diminuição da pobreza. Mas, o tensionamento das estruturas sociais autoritárias, a dificuldade de gerenciar a coalizão, somados à falta de um projeto com reformas estruturais que consolidasse direitos, fez esse pacto ruir já no final da primeira década do século XXI (SAFATLE, 2023). Esse esgotamento potencializou o antagonismo da classe burguesa antidemocrática, o ressentimento de uma classe média que não se viu integrada no projeto do governo e movimentos sociais ultraliberais e de extrema direita que aproveitaram a oportunidade para consolidar um discurso autoritário e neoliberal nas redes sociais da internet e impulsionar suas ideias e valores na formação de movimentos de massa que tomaram as ruas

principalmente no governo Dilma (2010-2016) (SAFATLE, 2023).

A extrema-direita se consolidou enquanto movimento social depois de 2013, quando ocorreram grandes manifestações populares no Brasil, impulsionadas pelo aumento do descontentamento sobre as políticas sociais e econômicas do governo Dilma (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021). Depois de uma vitória apertada na campanha de reeleição, Dilma Rousseff assumiu o segundo mandato já sobre a pressão dos movimentos sociais e de uma conjuntura que levou à uma crise econômica e política. Com o aumento do descontentamento, os movimentos de extrema-direita aproveitaram para assumir o controle hegemônico das redes sociais da internet com um discurso anti-PT e anti-esquerda (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021).

A corrupção começou a ser entendida com um dos principais problemas entre os brasileiros graças a operação policial organizada pelo Ministério Público Federal, denominada Lava-Jato que mirou o governo, o Partido dos Trabalhadores e partidos aliados, (as sentenças do Juiz Sérgio Moro, foram anulada, anos mais tarde pelo Supremo Tribunal Federal, por serem consideradas parciais e com objetivo claro de beneficiar a extrema-direita). Consequentemente, essa conjuntura de crise culminou com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão de Michel Temer ao poder que ampliou as reformas neoliberais, como a lei do Teto de Gastos, limitando os gastos do governo federal com educação, saúde e assistência social, e a Reforma Trabalhista, que flexibilizou de maneira radical a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), prejudicando os trabalhadores e a organização dos sindicatos (FAUSTINO, 2023; SAFATLE, 2023).

A adesão em massa das ideias de extrema-direita somada a prisão de Lula e o consequente impedimento de concorrer a eleição em 2018, deixaram o caminho aberto para a vitória de Bolsonaro no mesmo ano (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021). O apoio em massa às ideias autoritárias continuou na gestão de Bolsonaro, principalmente nas redes sociais da internet e nos protestos de rua em apoio ao líder. Dessa forma, o discurso abertamente autoritário se transformou em discurso oficial, mas sem perder a característica de ser antissistema, o que levou a uma política fortemente neoliberal com amplo apoio no congresso e por outro lado, uma política de choque contra as instituições, em especial contra o Supremo Tribunal Federal e contra os grupos hegemônicos de mídia (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021). Com a adesão da maior parte da classe burguesa, Bolsonaro continuou as reformas neoliberais que culminaram com a aprovação da Reforma da Previdência e com o fim do programa Bolsa Família.

Com efeito, pode ser observada uma afinidade intrínseca entre o neoliberalismo e o autoritarismo de extrema-direita. A implementação de políticas neoliberais gera um tipo de ideologia que tende a fortalecer esses aspectos autoritários dos grupos de extrema-direita. A personalidade neoliberal é caracterizada por uma adesão semelhante a normas e valores, mas com foco no individualismo e na busca do interesse próprio. A personalidade neoliberal se identifica com indivíduos bem-sucedidos, como empresários e celebridades e se baseia na meritocracia. Gandesha (2018), argumenta que a personalidade neoliberal é uma resposta às pressões e incertezas da sociedade contemporânea, onde as formas tradicionais de segurança e estabilidade são corroídas.

Os movimentos autoritários de extrema direita possuem um discurso político extremamente etnocêntrico e de repulsa ao outro, considerado sempre como inimigo e ameaça à vida comunitária. A linguagem é carregada de repugnância e o estrangeiro é convertido em estranho, sinistro, abjeto, “que deve ser, portanto, excluído – se necessário, violentamente – do corpo político.” (id. *ibid.*, p. 02). Esse medo do diferente, exagerado na propaganda, principalmente em teorias conspiratórias em redes sociais, força o movimento de massas a confrontar o sistema e requisitar a suspensão constitucional, assim como ocorreu no nazismo.

Para Gandesha (2018), a ascensão desses movimentos coloca em xeque a teoria de que as políticas neoliberais trariam uma capacidade racional de reconstituir as relações sociais sob o paradigma do individualismo e sem a presença do Estado enquanto regulador dos conflitos socioeconômicos. O mercado com poderes completos sob a égide do neoliberalismo,

(...) ao invés de contribuir para as condições sob as quais os agentes possam exercer sua capacidade de articular seus próprios interesses de forma autônoma e racional dentro do contexto de uma pluralidade genuína de outros interesses semelhantes, tem levado a um aparente excesso de agressão, humilhação e culpa. (GANDESHA, 2018, p. 03).

O capitalismo no modelo neoliberal-meritocrático estimula certos tipos patológicos de personalidade como a retórica superficial, a duplicidade/cinismo, a falsidade e o comportamento imprudente e arriscado, entendidos como “liberdade”, na qual os sujeitos se vêm cada vez menos propensos a seguir padrões morais em constante mudança na sociedade. (GANDESHA, 2018; SCHILDKRAUT, 2020).

A ideologia do neoliberalismo meritocrático divide as pessoas entre "fortes" e "fracos", "vencedores" e "perdedores", reforçando privilégios de status, desigualdade social e uma ideia de estratificação social rígida, que vê na mobilidade social ascendente, uma degeneração da sociedade. Quem não vence é considerado perdedor, trapaceiro, aproveitador de auxílios governamentais, folgado, vagabundo etc. São essas formas desumanizadoras e

naturalizadoras do repúdio e asco social elitizado que consolidam a personalidade autoritária. (id., *ibid.*, p. 03)

O efeito combinado do desenvolvimento da ideologia neoliberal meritocrática com o nacionalismo extremo enfraquece as atitudes democráticas e como consequência, as próprias instituições republicanas. Como resultado temos o crescimento da violência política de diversas formas. Dos assassinatos de militantes políticos de esquerda à tentativa de golpe em 08 de janeiro de 2023; do movimento “Escola sem partido” ao aumento dos massacres promovidos contra escolas, existe uma afinidade intrínseca: o aumento da ideologia autoritária orientada por movimentos extremistas de direita.

No relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil”, os pesquisadores relatam que os ataques violentos nas escolas estão relacionados com a “escalada do ultraconservadorismo e extremismo de direita no país.” Segundo o relatório, os movimentos extremistas travam uma guerra ideológica que tem como alvo preferencial a educação e os sistemas de ensino públicos, como as escolas e as universidades. A intimidação dos professores é uma das armas desses movimentos que colocam a família contra os professores a partir de métodos como a gravação e exposição nas redes sociais, o que tem gerado como consequência, a humilhação dos docentes e em alguns casos até ameaças de morte. (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021).

A disseminação da ideologia neoliberal meritocrática faz parte desse processo cultural que fundamenta o extremismo de caráter fascista. A ideia de meritocracia está relacionada ao ódio aos programas assistenciais e às pessoas que se utilizam deles. A ideia de vencedores e perdedores, foi muito disseminada pelo bolsonarismo no Brasil e orienta o ódio contra minorias que são beneficiárias de programas assistenciais e de inclusão. (id. *ibid.*, 2021). Por outro lado, segundo Safatle (2023) existe uma característica disruptiva e revolucionária do neoliberalismo que precisa ser observada:

A figura do neoliberalismo autoritário de associação fascista aparece como uma alternativa de ruptura com forte capacidade de adesão popular e insurrecional. Tal adesão se explica por ele fornecer, no interior do embate político, um paradoxal discurso de fortalecimento da autonomia e liberdade como forma de realização da emancipação. Esse é o caráter “revolucionário” do processo. (SAFATLE, 2023, online).

De maneira geral, a ideia de liberdade fortalece processos culturais que entendem o Estado de Direito e a própria democracia como inimigos que tolhem a liberdade individual, principalmente porque, para beneficiar os não-sujeitos, o Estado socializa os custos desse processo para toda a sociedade, com os impostos, que são vistos como mecanismos de uma

nova forma de escravidão (ROCHA; SOLANO; MEDEIROS, 2021; SAFATLE, 2023). Essa lógica implica na aceitação da desigualdade como algo natural, mas também na luta disruptiva contra todos os mecanismos democráticos do Estado. Esta movimentação pode ser observada no Brasil durante o governo Bolsonaro e após sua derrota nas eleições de 2022 para Lula, onde centenas de milhares de manifestantes acamparam em frente aos quartéis de muitas cidades no Brasil, pedindo a intervenção militar contra as eleições, que no seu entendimento, foram fraudadas. Logo após a posse de Lula, no dia 08 de janeiro de 2023, ocorreu a invasão da praça dos 3 poderes em Brasília, por um grupo de apoiadores de Bolsonaro que tinham como lema o golpe de estado para a condução de seu líder ao poder, e exigindo também, a prisão de ministros do STF, de Lula e demais inimigos políticos. Portanto, a propensão ao autoritarismo, não pode ser entendida apenas como uma intensão, ela também deve ser medida enquanto movimento declarado contra a democracia e a constituição de 1988.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa procurou levantar alguns apontamentos sobre o fenômeno da ascensão da extrema-direita no Brasil contemporâneo baseados na perspectiva da teoria crítica frankfurtiana. Dessa forma, o conceito de autoritarismo foi observado enquanto condição estrutural intrínseca às sociedades capitalistas modernas, sendo latente, inconsciente e manifesto apenas em condições específicas – quando movimentos tipicamente autoritários e fascistas se apropriam de elementos do preconceito generalizado para disseminar suas ideias e formar movimentos sociais com força suficiente para chegar ao poder.

No Brasil as estruturas capitalistas formadas na era colonial, reproduziram os elementos da violência e da segregação da sociedade portuguesa na invasão e ocupação do território brasileiro. A desumanização e subjugação de populações inteiras foi acompanhada do genocídio indígena e da escravidão da população africana no intuito de produzir matérias-primas para exportação. Essa estrutura violenta não foi superada depois da abolição da escravatura, permanecendo resiliente até hoje, sendo remodelada conforme a formação econômica brasileira. Dessa forma, a burguesia surgiu mantendo as estruturas de dependência atrelada ao posicionamento antidemocrático e autoritário. O Estado que se originou, manteve a segregação e a violência como elementos centrais. Como resultado, todas as iniciativas de democratizar o poder, status e a riqueza, foram contestadas de maneira violenta, mostrando uma vocação autocrática das classes dominantes. Com essa estrutura autoritária posta, a formação

das subjetividades reproduz uma lógica autoritária ao seu modo, de maneira contraditória, irracional e pulsional, formando um tipo de personalidade que ressignifica valores democráticos como a liberdade, igualdade, o direito e o poder, com suas próprias concepções preconceituosas de mundo e estigmatizadoras de sujeitos. A ascensão dos movimentos de extrema-direita em geral e do bolsonarismo em particular colocou esses sentimentos para fora, publicizou, dando voz a uma vontade agressiva de poder e de subjugação dos “inimigos”, esse processo, mostra a resiliência desses movimentos do tipo fascista que são condicionados por processos históricos e mantém especificidades em diferentes sociedades, mas estão todos atrelados à lógica de produção capitalista e a ideologia neoliberal. Com este trabalho, esboçamos uma interpretação possível deste tema. Para uma melhor contribuição do nexos social que envolve esses movimentos é necessária uma pesquisa mais estruturada para observar essas relações.

REFERÊNCIAS

- ABROMEIT, John. Frankfurt School Critical Theory and the Persistence of Authoritarian Populism in the United States. In: MORELOCK, Jeremiah. **Critical Theory and Authoritarian Populism**. University of Westminster Press, London 2018.
- ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Org. Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- _____. **Introdução à sociologia**. Trad. MAAR, W. L. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- BLOCH, B. The origins of Adorno’s psycho-social dialectic: psychoanalysis and neo-Kantianism in the young Adorno. **Modern Intellectual History**, v. 14, n. 1, p. 1-29, 2017. DOI: 10.1017/S147924431700049X.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- COSTA, Virginia Helena Ferreira da. Apresentação à edição brasileira. In.: ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Org. Virginia Helena Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- CROCHÍK, José Leon. Tecnologia e individualismo: um estudo de uma das relações contemporâneas entre ideologia e personalidade. **Análise Psicológica**. 2000, vol.18, n.4, pp.529-543. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aps/v18n4/v18n4a08.pdf>> Acesso em: 08 ago. 2020.
- FAUSTINO, Deivison. O que veio antes do fascismo? O racismo e a via colonial de objetivação do capitalismo brasileiro. **Revista Estilhaço**, São Paulo, nº 1- Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.estilhaço.com.br/violenciaselibido>. Acesso em 20 jan. de 2023.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008, v. 1.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 6. ed. São Paulo: Contracorrente, 2020

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Relatório: **Medo da violência e o apoio ao autoritarismo no Brasil**: Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias. São Paulo – SP, 2017.

_____. Relatório: **Violência e democracia**: panorama brasileiro pré-eleições 2022 – percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia. São Paulo – SP, 2022

GANDESHA, Samir. “Identifying with the aggressor”: From the authoritarian to neoliberal personality. **Wiley Constellations** Vol. 25, issue 1, 15 jan 2018, pp.1–18.
<https://doi.org/10.1111/1467-8675.12338>

GRUPO TEMÁTICO DE EDUCAÇÃO EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL. Relatório: **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil**: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental. Brasília, 2022.

MORELOCK, Jeremiah; SULLIVAN, Daniel. Frankfurt School Methodologies. In: MORELOCK, Jeremiah. (org.). **How to critique authoritarian populism: methodologies of the Frankfurt School**. Boston: Brill, 2021.

MORELOCK, J.; NARITA, Felipe Ziotti. A Dialectical Constellation of Authoritarian Populism in the United States and Brazil. In: MORELOCK, J. (org.). **How to critique authoritarian populism: methodologies of the Frankfurt School**. Boston: Brill, 2021.

NILSSON, Artur; JOST, John T. The authoritarian-conservatism nexus. **Current Opinion in Behavioral Sciences**. Elsevier: Amsterdam, Netherlands, 34:148-154, 2020.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox**: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil. Cham: Springer, 2021.

SAFATLE, Vladimir. Violências e libido: fascismo, crise psíquica e contrarrevolução molecular. **Revista Estilhaço**, São Paulo, nº 1- Janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.estilhaço.com.br/violenciaselibido>. Acesso em 20 jan. de 2023.

SCHILDKRAUT, J. et al., Framing mass shootings as a social problem: a comparison of ideologically and non-ideologically motivated attacks. **Aggression and Violent Behavior** (2020). Elsevier, 2020.